

Fazendo edições e entrelinhas: Reflexões iniciais sobre ética em pesquisas antropológicas em prisões¹

Juliana Deprá Cuozzo (UFRGS)

Introdução

Este artigo busca refletir sobre a elaboração de edições e de entrelinhas específicas nos registros acadêmicos antropológicos; resultados de pesquisa de campo que trabalhei desde prisões junto a Débora, Dona Maria e Helena. Esses são nomes fictícios criados por elas mesmas para fins de pesquisa. Débora, Dona Maria e Helena foram as principais interlocutoras dos estudos que podem ser vistos em Cuozzo (2023; 2022; 2016). A atenção antropológica para este modo de registrar é fruto de preocupações e de cuidados éticos vividos desde as entrevistas em profundidade – que compuseram também a metodologia de Histórias de Vida – partes da Tese de doutorado etnográfica que desenvolvi desde a prisão feminina localizada em Porto Alegre (RS)².

O que pode ou não ser descrito, publicizado? Como fazê-lo? Como edições e entrelinhas tornam-se recursos textuais importantes em registros acadêmicos antropológicos; resultados de um trabalho de campo prolongado desde prisões? Como “preservar” nesses registros as pessoas na condição de prisão e os seus familiares? Qual é o limite de um registro etnográfico? O que ele pode ou não contar? Este artigo se alimenta por essas perguntas antropológicas.

Entre os anos de 2015 ao de 2019 realizei trabalho de campo na prisão feminina já mencionada, com o objetivo de compreender o funcionamento e os significados das atividades prisionais (trabalhos e projetos) para as mulheres presas; os familiares destas; e, para as responsáveis por sua realização. As pesquisas antropológicas resultaram nos trabalhos de Mestrado e de Doutorado em Antropologia Social; vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e podem ser localizados em Cuozzo (2022; 2016). O desenvolvimento destes trabalhos também é um movimento sobre a compreensão de ética em pesquisas antropológicas desde prisões.

¹ VIII ENADIR, GT 15: Etnografias sobre crime e justiça.

² O curso de Doutorado em Antropologia Social referido foi realizado com financiamento do Cnpq.

As preocupações antropológicas em ética em pesquisa sobre os modos de registrar em textos acadêmicos o que foi vivido ao longo desses anos de trabalho de campo fizeram-se, principalmente, pelo modo etnográfico de tecer pesquisa antropológica: dedicado a debruçar-se sobre os relatos narrados pelas mulheres e vividos com elas – nas entrevistas em profundidade; na observação participante; no cotidiano de uma prisão; nos silêncios; e em muitas outras dimensões do trabalho de campo – desde a prisão. O modo miúdo e cotidiano de fazer aquele trabalho de campo permitiu tecer Histórias de Vida envolvidas por uma compreensão de que reflexões éticas em pesquisas antropológicas desde prisões se movimentam.

Os significados dos trabalhos e dos projetos prisionais – tais como: costurar; embalar condimentos e especiarias; escrever – na vida das mulheres presas não estavam separadas das histórias de suas condenações. Trabalhava-se porque tinha uma condenação “alta”. Dessa forma, relatos sobre as acusações, os crimes e as condenações perpassavam, algumas vezes, o interesse da pesquisa. Relatos desses temas eram esmiuçados; outras vezes, eram pouco falados; silenciados; detalhados, nos encontros com as mulheres – as interlocutoras deste estudo.

Nas narrativas de algumas mulheres sobre si mesmas ou sobre outras pessoas, principalmente, nas oportunidades das conversas – “entrevistas” – realizadas nos espaços de suas casas e no de suas famílias, sem a intermediação da instituição prisão, alguns desses relatos eram compartilhados. Era assim que relatos em torno deste tema tinham vida ao longo do trabalho de campo; perpassando as Histórias de Vida e de Morte das mulheres e da prisão.

O objetivo principal das pesquisas antropológicas que desenvolvi em outras oportunidades e que podem ser encontradas em Cuozzo (2022; 2016) não era o de se debruçar, analiticamente, sobre práticas consideradas ilícitas ou incrimináveis. Isso não quer dizer que relatos sobre algumas dessas práticas não se fizeram presentes ao longo do trabalho de campo. Porém, a tessitura do presente artigo não tem como foco a posição de liderança e de comando de mulheres jovens em atividades tais como: os assaltos de grande porte, e a administração no comércio de tráfico de entorpecentes; como no estudo de Oliveira (2012), realizado em Recife (PE) junto às mulheres que se encontravam na condição de prisão ou que estavam em cumprimento de medida socioeducativa.

Trabalhar com alguns dos relatos – e, em suas partes; edições; entrelinhas – na escrita é ressaltar também a vida dos textos etnográficos. Essa vida também está perpassada por outros entendimentos sobre acusações e condenações. Biondi (2009) em sua pesquisa de mestrado realizada sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), já havia mencionado como uma prática comum antropológica – “dar voz ao nativo” (p. 32; 2009) –, pode ser considerada uma “apologia ao crime”, prevista no Código Penal Brasileiro. Como fazer etnografia nesses casos? Como nesses relatos – trabalhados; entrecortados; generalizados – se reflete sobre ética em pesquisa? Como esses relatos já são discussões éticas?

Os perigos de expor a uma investigação jurídica-policial ou aos inimigos do grupo – com quem se estuda – foram salientados por Marques e Villela (2005) em sua pesquisa sobre conflitos, violência, política, parentesco e intrigas entre famílias no sertão do Recife e em outros municípios. Os autores também apontam sobre a inevitável posicionalidade dos antropólogos em trabalhos de campo como os que estavam dedicados, aqueles que envolviam histórias de morte ou vingança, da dificuldade ou talvez impossibilidade de se realizar pesquisa ouvindo os “dois lados” da contenda.

Como edições e entrelinhas tornam-se recursos textuais importantes em registros acadêmicos antropológicos sobre prisões? Este artigo se estrutura considerando a vida – ativa – da ética em pesquisa. Como é possível tecer reflexões sobre ética de pesquisa em Histórias de Vida? Um breve trecho da História de Vida de Helena, tecida de modo “completo” em Cuozzo (2022) – feito com edições; entrelinhas; generalizações –, pode provocar esse exercício antropológico de refletir sobre ética em pesquisa a partir de quem conta, de quem o escuta, e, de quem o registra. Afinal, como se costura; se produz; e, se fabrica Histórias de Vida?

1. Um trecho

O roubo de mais de 150 quilos de fiação de cobre instalados em uma parte de uma rodovia do estado do Rio Grande do Sul ocasionou um apagão em duas cidades de pequeno porte, incluindo a delegacia de uma delas. Delegacia que está localizada na cidade onde Helena morava naquela época, ano de 2012. Sem o conhecimento prévio de Helena, e sem a pretensão de prejudicá-la, a fiação foi guardada por dois de seus conhecidos, um deles é filho de sua companheira daquela época, na área dos fundos de sua casa.

Cinco minutos após Helena chegar em sua casa, policiais da Brigada Militar a invadiram. Naquela ocasião, Helena indagou ao inspetor: “tu acha que eu tenho cara de quem rouba fio?”. Helena lhe exigiu um mandado impresso, documento que autorizava policiais a entrar na casa das pessoas. O inspetor lhe respondeu que isso era impossível. Com o roubo dos fios, a delegacia da cidade estava sem eletricidade para fazer impressões. Naquele período, Helena estava cumprindo pena “na condicional” por tráfico de drogas.

Jogada no chão, Helena telefonou para o seu advogado, que, imediatamente, se deslocou até a sua casa. Eles eram vizinhos. O profissional proibiu a entrada dos policiais no interior da casa, os quais procuravam por drogas. Há muitos meses eles tentavam prendê-la por tráfico. Os fios depositados no quintal da casa de Helena não deixaram de ser vistos. Aquela prisão não pode ser evitada pelo advogado. Helena foi presa pela acusação de receptação federal – os fios foram roubados de uma rodovia federal – e pela acusação de corrupção de menores, porque os fios foram roubados por pessoas com menos de dezoito anos de idade.

Poucos dias depois, Helena escreveu o seu “habeas corpus”. As cópias das passagens de transporte público, as quais comprovavam pelo horário que Helena estava viajando quando a fiação foi depositada no quintal de sua casa, foram as provas anexadas ao documento. O motorista de táxi, que a levou da rodoviária da cidade onde morava até a sua casa, foi quem, prontamente, se disponibilizou a ser sua testemunha. Helena descreveu os lugares por onde esteve naquele dia. Helena apontou as provas de seu percurso. Helena identificou as pessoas testemunhas.

Esse “habeas” foi elaborado quando Helena já estava, há três semanas, presa. No Presídio, ela recebeu notícias do inspetor de polícia que a prendeu naquela ocasião. Ele também havia sido preso. Ele foi acusado de tráfico de drogas. Tanto o “habeas corpus” quanto a prisão do inspetor colaboraram, de acordo com Helena, para a sua saída do Presídio. Tempos depois, aquele policial foi assassinado. Provavelmente, porque ele “cobrava propina de quem traficava”.

A defesa escrita feita pela própria pessoa que recebeu uma condenação é conhecida na linguagem do Direito como “habeas corpus de próprio punho”, “um habeas”, nas palavras de Helena. A descrição acima, contada a mim por Helena na casa de sua mãe em continuidade com as entrevistas que haviam começado na prisão, faz

parte de um “habeas”. Ela o escreveu, de dentro do Presídio, para se defender de uma condenação – de oito anos e nove meses – a ser cumprida em regime fechado. A sua vida era fora do Presídio.

Descrever, fazendo edições e entrelinhas, é tecer contornos. Contam-se relatos de Vida e de Morte, ao mesmo tempo em que, não se alimenta questões jurídicas outras. Descrever, fazendo edições e entrelinhas, enriquece uma etnografia. Etnografia essa que, para Peirano (2014), é encravada por posturas teóricas. Assim, a etnografia e a sua versão em um texto antropológico não é uma simples descrição, uma metodologia adotada ou escolhida, tampouco uma curiosidade apresentada ou revelada ao mundo. Uma etnografia em um texto antropológico tem essa capacidade constante de produzir e renovar conhecimentos teóricos. No trecho apresentado neste artigo, a etnografia permite, temporalmente, definir a prisão na vida das interlocutoras: o Projeto do Direito estabelece separação – existe o dentro e o fora da prisão –; quando em outros casos são os entrelaçamentos e as porosidades o que definem uma prisão.

Helena já havia sido presa outras vezes e, foi em uma dessas ocasiões que começou a participar das oficinas de um Projeto de Direito que aconteciam no interior daquele Presídio. Naquelas oficinas, as mulheres escreviam diversos tipos de textos. Os ensinamentos técnicos para uma escrita de defesa jurídica, como o “habeas corpus”, eram, por vezes, compartilhados naqueles encontros. Esse breve trecho descrito acima faz parte, como já mencionado, de uma História de Vida maior. Ele importa para o interesse das pesquisas antropológicas realizadas porque faz ver, dentre outros pontos, o lugar que as atividades prisionais – um Projeto de Direito – ocupa na vida das mulheres em condição de prisão. A seguir, busca-se definir Histórias de Vida com o objetivo de entender como nessas podem estar implícitas questões éticas de pesquisa.

2. Uma História de Vida

As Histórias de Vida – descritas, por vezes, com riquezas de detalhes; com um esforço de obedecer a uma sequência cronológica de espaço-tempo; e, com o uso de informações cuidadosamente selecionadas – destacam as preocupações éticas vividas ao longo das entrevistas em profundidade feitas com as mulheres desde a prisão e, no período posterior a realização delas. Como perceber e identificar edições e entrelinhas em textos acadêmicos? Como edições e entrelinhas são recursos textuais para uma etnografia?

O que se denomina de Histórias de Vida é o tecer encadeado de muitos relatos de vida. Bourdieu (1996) afirma que a construção de uma História de Vida – em sua coerência e linearidade – é uma ilusão. Em outras palavras, este autor defende que uma História de Vida é menos coerente e menos organizada do que ela se mostra em uma versão de um registro final de um texto. Assim, uma História de Vida pode fazer iludir ao fazer acreditar que coerência e linearidade existem. Por isso, para o autor referido, ela é uma “ilusão biográfica”. Ela é feita por uma seleção – bem escolhida – de relatos. É ingenuidade ler uma história dessas sem considerar a existência dessa seleção, assim como a dos seus objetivos. Em outras palavras, uma História de Vida é uma produção; fabricação; tessitura.

A concepção de História de Vida descrita acima foi, nos trabalhos que desenvolvi anteriormente, ver Cuzzo (2022; 2016), e que inspiram a construção deste, um horizonte. Buscou-se, de certa forma, em algum momento, criar essa “ilusão biográfica”. Porém, por muitas vezes, isso não foi possível. Organizar tantos relatos de vida em uma linearidade espaço-temporal nem sempre faz sentido com a vida, que é movimento. Datas e anos subsequentes um ao outro podem organizar Histórias de Vida, mas nem sempre mobilizá-los com exatidão é possível ou é um recurso viável para uma escuta ética de histórias e de vida.

Entende-se que as Histórias de Vida não seguem, necessariamente, de modo preciso, a ordem de um tempo cronológico e linear. É uma História de Vida, na qual, às vezes, é possível se perder no seu tempo, na sua estrutura, no seu eixo temporal, e, também nos nomes das pessoas, nos nomes das cidades, nos detalhes. Menos do que fixa, uma História de Vida está acontecendo. Neste acontecer, muitas descrições são escolhidas, pinçadas; outras não.

Tecer Histórias de Vida é tecer o entrelaçar de vidas e mortes. Biehl (2008) ao mostrar o modo criativo da escrita de Catarina, principal interlocutora de seus estudos, salientava o modo com o qual ela se fazia viva. Aquela História de Vida, apesar de linear, era também, nas suas linhas cheias de morte; de vida; e, de abandono. A escrita era parte da vida de Catarina, naquele asilo, localizado na capital do Rio Grande do Sul. Ela fazia um trabalho literário em seu dicionário.

Submetida ao uso de medicamentos, vários deles usados para tratar os efeitos colaterais de outros, Catarina era entendida pelos funcionários daquela Instituição como

“louca”. Ela escrevia, criava e sobrevivia. Catarina criou uma letra. Ela incorporou ao seu próprio nome o nome de um medicamento. Nome que ela se torna, nome que ela é. Ela deixa de ser uma ferramenta, em suas palavras, quando deixa de ser Catarina. Os seus nomes, mais de um, são as suas redefinições, contínuas. O asilo, os remédios, o esquecimento, a morte e a solidão tornaram-se parte da sua vida, da sua autocriação, do seu dicionário.

Compõem uma História de Vida, como a de Helena mobilizada para fins deste artigo, não apenas aquelas conversas gravadas e não gravadas em áudio, em diferentes salas do Presídio, denominadas de entrevistas. As conversas realizadas nas casas das interlocutoras e de suas famílias – também gravadas ou não em áudio –, no interior de transportes públicos, em instituições da justiça, de saúde e universitárias; as conversas trocadas por mensagens de aparelho celular também fazem parte dessas Histórias de Vida.

Perder detalhes de uma História de Vida ou se fazer perguntas sobre ela é também perceber entrelinhas e edições tecidas, propositadamente, em registros textuais. Nos modos de contar de cada uma das interlocutoras da pesquisa se abrem alguns dos pedaços de suas histórias e, outros não. Assim, pode-se falar mais ou menos de uma acusação, de um crime, de uma condenação. Desses pedaços, uma História de Vida é construída. Escrevê-la é amarrar esses pedaços entre si; costurá-los; editá-los, encadeá-los e menos uma reprodução; como se existisse algo pronto e acabado a ser transcrito, contado e revelado a um mundo.

Mais do que narrar uma História de Vida, nos registros antropológicos, elas podem ser tecidas. Nesse tecer, elas, ao longo do tempo, são trabalhadas e editadas em suas descrições; tanto por quem as conta; quanto por quem às escreve. Nas suas edições, muitos trechos tornam-se entrelinhas, histórias, aparentemente, pouco contadas. O trabalho neste tecer é guiado pelo cuidado em evitar causar prejuízos jurídicos às pessoas que compõem a pesquisa e às relações construídas com elas.

As descrições de uma história podem ter como já mencionado, diferentes seleções, edições e supressões, seja de nomes de pessoas e de cidades, sejam das características e dos detalhes de cenários e de contextos. Elas podem se tornar outras descrições, e até mesmo outras histórias. O “habeas”, escrito por Helena, em 2012, é uma história. E ao lembrar-se dele – contando-o para fins deste estudo –, cinco anos

mais tarde da sua escrita naquele documento, possivelmente é outra história. O “habeas” escrito nessas linhas, onze anos depois da sua defesa, talvez seja outro ainda. Todas essas histórias, como não poderiam deixar de ser, são descrições feitas a partir de outras descrições. O passar do tempo – do ano de 2012 para o de 2017; e, deste último para o ano de 2018 –, também faz as descrições serem trabalhadas; fabricadas.

Aquino (2015) descreve como em sua tese de doutorado sobre roubos contra agências e postos bancários, recorreu a alguns recursos textuais para evitar que os casos analisados em sua pesquisa se encontrem em semelhança com alguma investigação policial ou com processos judiciais que naquele período estavam em andamento. Assim, a autora, por exemplo, confere o evento de ficção a um desses assaltos que descreve. Se na perspectiva jurídica a ficção perde teor de verdade, o mesmo não acontece na narrativa antropológica.

Os interlocutores da pesquisa realizada por Fassin (2019) – em uma prisão masculina francesa – não são nominados. Aquela era uma maneira de preservar a identidade deles: não lhes dando nomes. Por outro lado, eles são descritos. Sabe-se a idade deles, a cidade de origem, o motivo da prisão. Os interlocutores da pesquisa referida – “o homem”; “o detento” – juntamente com a descrição de algumas de suas características se mostram como recursos textuais de um registrar etnográfico que dá vida e corpo as pessoas e a prisão.

Menos do que um todo pronto a ser perseguida ou prescrita – como seria uma receita – a ética em pesquisa se mostra em movimento, ativa. Menos do que um manual, essa ética é tecida considerando a própria fala das mulheres sobre as suas vidas – o que elas contam e o que elas deixam de contar em um determinado período de tempo. É neste sentido que ela é ativa; porque está ligada com os interesses do contar das mulheres em uma prática antropológica determinada. A vida social ativa da ética é um termo utilizado por Schuch (2013) para destacar o reposicionamento constante da ética na prática antropológica. Qual ética importa para as interlocutoras de pesquisas etnográficas? Como registros acadêmicos podem fazer perder relatos; descrições; etnografia e teorias? Neste sentido, como o registro etnográfico pode ser um exercício de desengajar?

3. Uma História de Vida em seu destecer

Ao propor uma “antropologia ecumênica” (p. 4, 2023) Ramos mostra como os indígenas antropólogos provocam novas atitudes e vantagens na disciplina antropológica acadêmica. Essa precisa, de acordo com a autora citada, abraçar identidades e saberes os quais são muitas vezes entendidos como objeto – o “outro” – da pesquisa antropológica. Neste “outro” encontra-se, muitas vezes, de acordo com a crítica de Ramos (2023), a cultivada imagem hiper-realizada do “índio”; sofrido, abandonado, humilde. Este estereótipo revela uma ética protetora; do “branco”, segundo Ramos (2023).

Como uma ética – de proteção e de preservação – constrói e também mantém imagens das pessoas com quem trabalhamos? Como do “outro” se retira voz, protagonismo, e, potência? Essa ética é produtiva para quem? Qual ótica e ética da pesquisadora um registro etnográfico revela? Como essas noções de proteção e de preservação se confundem com uma ética em pesquisa?

Assegurar uma “proteção” e uma “preservação” da identidade das interlocutoras – mulheres presas e mulheres vinculadas ao Presídio enquanto proponentes das atividades realizadas nele – pode produzir um descaracterizar das colaboradoras de pesquisa. Algumas das interlocutoras que colaboraram para a realização da minha dissertação de mestrado por serem conhecidas de longa data, pela administração e direção do Presídio – o qual foi nominado nos registros acadêmicos –, foram, no texto acadêmico, descritas com generalidade. As informações sobre elas dissolviam-se ao longo do texto. Porém, qual ética se produz a partir desses textos?

Naquele momento de pesquisa, sem lançar mão do recurso de Histórias de Vida como na oportunidade posterior – tese de doutorado já mencionada – o descaracterizar foi um dos efeitos textuais daquela preocupação sobre ética em pesquisas. As mulheres presas não poderiam ser mais expostas e vulneráveis ao Estado – a maioria delas é alvo dele –; como me dizia, no ano de 2015, uma assistente social daquele Presídio, importante colaboradora de minha pesquisa. O passar daqueles anos de pesquisa (2015

ao de 2019) era também o trabalho do tempo, nas palavras de Das (1999), no tecer de uma etnografia e de suas reflexões sobre uma ética em pesquisa nas Histórias de Vida³.

Considerações Finais

Uma etnografia pode perder muito quando tem suas histórias editadas. Os dados perdidos fazem perder também contribuições teóricas. Este artigo buscou refletir sobre a elaboração de edições e de entrelinhas como recursos possíveis para tecer Histórias de Vida feitas em registros antropológicos; resultados de pesquisa de campo que trabalhei desde prisões. Ao entender Histórias de Vida como ficção compreende-se como é possível fabricar textos – descrições etnográficas – com fios de detalhes para serem puxados por quem lê, escuta, lembra, e, conta essas histórias.

Mais do que técnicas de pesquisa, essas Histórias de Vida permitiram fazer edições e entrelinhas nos registros acadêmicos antropológicos realizados a partir de trabalho de campo desde prisões. Ao permitir fazer recursos textuais, as Histórias de Vida tornaram-se elas mesmas ferramentas de engajar-se com a vida das mulheres; sem descaracterizá-las e, comprometê-las juridicamente. Ao tecer essa parte de uma História de Vida – o trecho descrito neste artigo – persegue-se aquilo que foi construído ao longo do trabalho de campo cotidiano; nos acordos feitos juntos as interlocutoras, nos entendimentos sobre os seus silêncios e os seus ditos, e, no comprometimento do próprio fazer etnográfico.

Parece desafiador e necessário discutir os modos, possíveis e criativos, de tecer e destecer registros etnográficos em pesquisas antropológicas desde prisões, e, independentes destas. Também se tece junto e a partir destes registros uma ética – temporal, porque ativa; de engajamentos com a vida das pessoas que compõem a pesquisa, considerando um Estado que as produz e as mantém enquanto vulneráveis e expostas a ele – viva de pesquisa. Foi sobre essa ética, na tessitura de edições e de entrelinhas textuais, que este artigo, ainda que de forma inicial, buscou refletir e fazer-se.

³ Sobre uma ética específica em pesquisas antropológicas – ética ordinária – ver Das (2020) e Victora, C. G.; Schuch, P.; Siqueira, M. D. (2021).

Referências Bibliográficas

- AQUINO, J. P. D. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 184-210, jan./ago. 2015.
- BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 51, n. 2, SP, USP, p. 413-449, 2008.
- BIONDI, K. Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. 2009.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M., AMADO, J. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CUOZZO, J. D. Os caminhos da transmissão da mensagem. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.
- CUOZZO, J. D. Vidas e Mortes em Trabalhos: Um estudo antropológico a partir de um Presídio Feminino. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2022.
- CUOZZO, J. D. O tecer de uma História de Vida desde uma Prisão. In: OLIVEIRA, E. A. de; LUTTI, A; MENEGAT, A; REIS, C (Orgs). *Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política & Sociologia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Rio de Janeiro, Reunião Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, nº 40, junho/1999.
- DAS, V. Introduction. In: *Textures of the ordinary: doing anthropology after Wittgenstein*. Fordham University Press, 2020. P. 1 – 28.
- FASSIN, D. *A sombra do mundo: Uma antropologia da condição carcerária*. São Paulo: Editora Unifesp. 2019.
- OLIVEIRA, L. R. “A pesquisadora do crime”: notas antropológicas de uma arriscada observação participante com mulheres praticantes de atividades ilícitas. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-3082.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>.
- SCHUCH, P. “A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do ‘campo’ para o debate)”. In: *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. p. 31-85. 2013.
- VICTORA, C. G.; SCHUCH, P.; SIQUEIRA, M. D. “Almost nothing has changed”: Ordinary Ethics and forms of life in pandemic times. *Sociol. Antropol./ Rio de Janeiro*, V.II. 03: 843-867, Sep.- Dec., 2021.